



CONTRATANTE CÓDIGO UASG:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 453902
PREGÃO ELETRÔNICO	Nº 90009/26
TIPO:	MENOR PREÇO
OBJETO	Contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR).
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 332.438,61 (trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos)
PERÍODO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS (horário de Brasília-DF)	De 10/04/2026 às 8h Até 30/04/2026 às 13h
ABERTURA DAS PROPOSTAS	Dia 30/04/2026 às 13h
FASE DE LANCES	Dia 30/04/2026 às 13h05
IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS	Até dia 27/04/2026 às 18h
EXCLUSIVIDADE ME/EPP:	Itens 4, 5 6, 7, 8, 9, 10 e 11
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	David Amaral Camargo Neto Pregoeiro



TIPO: Menor Preço

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 104, de 2 de março de 2026, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Resolução MPPR nº 8.670 em 29 de dezembro de 2022 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos, em atendimento ao processo administrativo eletrônico SEI nº 19.19.9183.0000158/2025-56, de 6 de janeiro de 2025.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

2. DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO

Esta licitação, sob a modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço**, conforme disposto no artigo 79, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, será realizada em sessão pública *online* através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/>, conforme condições deste Edital, em data e horário abaixo indicados.

3. ACOLHIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS E FASE DE LANCES

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13h (horário de Brasília/DF) do dia 30/04/2026, exclusivamente por meio eletrônico, através do site <https://www.gov.br/compras/>, **UASG 453902, PE nº 90009/26**, após prévio credenciamento.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 30/04/2026 às 13h (horário de Brasília/DF).

INÍCIO DA FASE DE LANCES: dia 30/04/2026 às 13h05 (horário de Brasília/DF).

MODO DE DISPUTA: **aberto e fechado**

4. INTRODUÇÃO

4.1. Se no dia marcado para recebimento e abertura das propostas deste Pregão, por qualquer motivo, não houver expediente no Ministério Público do Estado do Paraná, estes realizar-se-ão no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, no mesmo horário.

4.2. As solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnação deste Edital poderão ser efetuadas por qualquer cidadão ou pelas interessadas em participar do certame, **com**



antecedência de 3 (três) dias úteis da data estabelecida para a abertura das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, através do endereço eletrônico subadm.cpl@mppr.mp.br.

4.3. As respostas do Pregoeiro aos pedidos interpostos estarão disponíveis em até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no *site* do Ministério Público do Estado do Paraná - www.mppr.mp.br – licitações e no *site* <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para acesso ao Sistema Eletrônico, a(s) interessada(s) em participar do Pregão, ou seu(s) representante(s) legal(is), deverá (ão) estar previamente credenciada (s) junto ao *site* <https://www.gov.br/compras/>, o qual disponibilizará chave de acesso e senha, pessoal e intransferível, para certificação.

5.1.1. Demais dados acerca da chave de acesso e senha poderão ser obtidos pelas interessadas em participar do Pregão Eletrônico diretamente no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/>.

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.3. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.5. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.6. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo Sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico Nº 90009/26 dar-se-á pelo acesso através da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preço por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos neste Edital.

6.2. Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

6.2.1 detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

6.2.2 atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;



6.2.3 comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no item 9.1 deste Edital;

6.2.4 estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

6.2.5 manifestem formalmente o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, inclusive no que se refere aos custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas que são de responsabilidade exclusiva da licitante.

6.3. Não poderão participar deste Pregão:

6.3.1. consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

6.3.2. empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;

6.3.3. empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

6.3.4. empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do Ministério Público do Estado do Paraná¹;

6.3.5. empresas que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

6.3.6. as pessoas físicas e jurídicas de que trata o artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.4. Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

6.4.1. A manifestação da licitante, de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, quando não verdadeira, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, no artigo 155, inciso VIII, Lei nº 14.133/2021 e artigo 197, inciso I do Decreto Estadual nº 10086/2022.

6.5. Quando do cadastramento da proposta no Sistema de compras eletrônicas, a proponente deverá estar ciente que o CNPJ cadastrado para participação deverá ser o mesmo constante na proposta e nos demais documentos de habilitação e, no caso de adjudicação, o contrato será firmado com este mesmo CNPJ.

6.5.1. Caso a licitante vencedora possua matriz e filiais, deverá assinar o contrato com o mesmo CNPJ da matriz ou filial cadastrado Sistema de compras eletrônicas e constante na proposta.

6.5.2. Caso a licitante vencedora possua matriz e filiais na data da habilitação, e participe da licitação com o CNPJ da matriz, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da filial, desde que apresente na fase de habilitação as certidões de regularidade fiscal também da filial que cumprirá o objeto.

6.6. Em cumprimento a Lei Complementar nº 147/2014, **os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 do item 1.3 do Anexo I a este Edital serão destinados exclusivamente** para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

¹ O art. 150 da Lei nº 20.640/21 dispõe: "Ao funcionário é proibido:

XVII – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, ressalvada a participação em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus cooperados".

O art. 156 da Lei Complementar nº 85/99 dispõe: "É vedado aos membros do Ministério Público:

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista."



7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no Sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no Edital.

7.1.1. A licitante deverá registrar proposta precisa do valor unitário e total para cada item do item 1.3 do Anexo I a este Edital (e total para o grupo, quando houver), com no máximo duas casas decimais, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no Edital para abertura das propostas e, após este prazo, o Sistema Eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.1.3. Não será permitido à licitante oferecer proposta parcial.

7.2. Nos dados preenchidos no Sistema para participação da etapa de lances não poderá conter qualquer tipo de identificação da licitante (nome, CNPJ, timbre da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.), sob pena de desclassificação da proposta, podendo a descrição do objeto ser preenchida de forma resumida, quando esta não couber inteira, conforme o Anexo I, ou remissão ao item do Edital que contenha as suas especificações.

7.2.1. Qualquer elemento que puder identificar a licitante na fase de lances poderá acarretar, além da desclassificação da proposta, a aplicação das sanções previstas neste Edital, no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 194 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:

7.3.1. valor unitário e total para cada item do item 1.3 do Anexo I a este Edital (e total para o grupo, quando houver);

7.3.2. descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do Edital que contenha as suas especificações.

7.4. A apresentação de proposta implicará em:

7.4.1. pleno conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos; especificações e condições para execução do pactuado, sujeitando-se à fiscalização pelo Ministério Público;

7.4.2. inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

7.4.3. prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

7.5. Como critério de aceitabilidade de preços unitários, serão adotados como limites máximos os valores máximos unitários estimados pela Administração, no Anexo I a este Edital.

7.6. No valor proposto já deverão estar incluídas as despesas legais incidentes, sendo esse valor de exclusiva e total responsabilidade da licitante.

7.7. A proposta deverá conter apenas uma opção de preço unitário e total para cada item do item 1.3 do Anexo I a este Edital (e total para o grupo, quando houver), sob pena de desclassificação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DO EXAME DE CONFORMIDADE, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ETAPA DE LANCES

8.1. Na data e horário estabelecidos neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico Nº 90009/26, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que não



estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, sejam inexequíveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Anexo I.

8.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

8.2. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de disputa fixado no item 2 deste Edital, observadas as especificações mínimas obrigatórias definidas neste Edital.

8.2.1. A desclassificação da proposta, quando houver, será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.

8.3. Classificadas as propostas, será iniciada a etapa competitiva, devendo as licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

8.3.1. Os lances deverão ser sucessivos; somente serão admitidos lances que expressem valor inferior ao seu último lance ofertado.

8.3.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.3.3. Caso a licitante não realize lances, permanecerá valendo o valor da proposta eletrônica apresentada, para efeito de classificação final.

8.3.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4. A etapa de lances, se dará no modo de disputa aberto e fechado, o modo aberto terá duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado este prazo, o Sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances, e, transcorrido o período de até (10) dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.4.1. Encerrado o tempo de até 10 (dez) minutos previsto no item 8.4 deste Edital, o Sistema abrirá a oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as licitantes das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.2. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições que trata o item 8.4.1 deste Edital, as licitantes dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.4.3. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.4.1 e 8.4.2 deste Edital, o Sistema ordenará os lances em ordem crescente de preços.

8.4.4. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.4.1 e 8.4.2 deste Edital, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.4.3 deste Edital.

8.4.5. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.4.4 deste Edital.

8.5. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação de desempate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no



artigo 60 da Lei n.º 14.133/2021 e nos artigos 90 e 91 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.5.1. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 8.5 deste Edital, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.6. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar pelo Sistema Eletrônico contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, visando a obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital, podendo esta negociação ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.6.1. O Pregoeiro poderá negociar com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido no Edital.

8.7. A partir da solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico, a licitante melhor classificada deverá encaminhar, **sob pena de desclassificação**, até às 13h do dia útil subsequente, proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.6. deste Edital, conforme modelo do Anexo V, e demais documentos listados no item 9.1 deste Edital.

8.7.1. Havendo necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, esses deverão ser apresentados em formato digital, via Sistema.

8.7.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo previsto no item 8.7 deste Edital.

8.8. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado no Edital.

8.9. As licitantes, a qualquer momento, após o término da etapa de lances, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro, através do Sistema, referente a determinado item/grupo disputado, nos campos indicados. Todas as mensagens constarão no histórico do relatório referente à disputa.

8.9.1. As respostas aos questionamentos também serão disponibilizadas no Sistema.

8.10. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, e o Sistema permanecer acessível às licitantes, no decorrer da etapa competitiva, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato às licitantes, no Sistema Eletrônico.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo V) e os documentos de habilitação abaixo descritos, até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro, podendo deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos Sistemas:



9.1.1. A proposta anexada no Sistema Eletrônico deverá conter:

9.1.1.1. Descrição do objeto com o **valor unitário e total para cada item do item 1.3 do Anexo I a este Edital (e total para o grupo, quando houver)** sem ultrapassar os valores máximos fixados no Anexo I, cotados em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, em estrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e seus Anexos, sob pena de desclassificação;

9.1.1.2. A Proposta de Preço apresentada deverá considerar todas e quaisquer despesas para a prestação dos serviços objeto deste certame, tais como encargos sociais, fiscais, administrativos e trabalhistas, impostos, taxas, despesas com transporte, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, estado do pessoal encarregado da execução dos serviços e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, incidentes, excluindo a Administração de qualquer solidariedade;

9.1.1.3. Dados de identificação da licitante, do representante legal e assinatura, sob pena de desclassificação.

9.1.2. Certidão Conjunta de Regularidade perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, consoante Portaria MF nº 358/2014 (artigo 195, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021);

9.1.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (artigo 68, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);

9.1.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal (Mobiliária e Imobiliária) do domicílio ou da sede da empresa, ou outra equivalente, consoante artigo 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do artigo 68, inciso V, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.6. Declaração unificada, assinada pelo representante legal da licitante ou seu procurador devidamente qualificado, conforme modelo constante no Anexo II a este Edital:

- dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda na integralidade com o Edital e seus Anexos;
- de elaboração independente de proposta;
- de que cumpre o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- de Inexistência de Fato Superveniente;
- de Regularidade, em cumprimento às Resoluções nºs 37/2009 e 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;
- de Reserva de Cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- de ciência e concordância ao Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.
- de Atendimento e Responsabilização com a Logística Reversa; e
- de Atendimento dos Direitos Trabalhistas.

9.1.6.1. Sendo a licitante Microempresa/Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar também a declaração conforme modelo constante no Anexo III a este Edital.

9.1.7. Certidão da Junta Comercial, em caso de empresa individual; Ato Constitutivo,



Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da Ata de Eleição de seus administradores; ou Certidão do Cartório de Títulos e Documentos, quando se tratar de sociedade simples e sociedade civil;

9.1.7.1. Os documentos mencionados no item supra podem ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a um ano;

9.1.7.2. Comprovante de nomeação de administradores residentes no País, em caso de sociedade controlada por empresa estrangeira.

9.1.8. A empresa deve comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica e quantidades com o objeto da licitação, mediante apresentação de **atestado de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.1.8.1. O atestado deve ser apresentado por Grupo, para a Comarca de Curitiba, e por Item para as demais Comarcas, de forma a comprovar a efetiva realização de serviço de limpeza em altura em dimensões equivalentes a 50% das áreas de cada Grupo (Curitiba) e de cada Item (demais Comarcas), previstas no item 1.3 do Anexo I a este Edital.

9.1.9. Declaração de Vistoria/ Conhecimento das Condições Físicas do Local, conforme modelo do Anexo I.A, firmada pela licitante, comprovando que esta, por intermédio de seu representante legal, vistoriou previamente o local onde serão executados os serviços, ou que declara ter pleno conhecimento das condições físicas do local, dispensando a necessidade de vistoria "in loco", de acordo com o item 8.3 do Anexo I a este Edital.

9.1.9.1. A vistoria, se realizada pela empresa, deverá ocorrer até o dia útil anterior à abertura do certame, com acompanhamento obrigatório de representante do MPPR, devendo ser agendada, no horário das 12 às 19h, conforme tabela do item 8.3.4 do Anexo I a este Edital.

9.2. Os documentos exigidos deverão ter prazo de validade em curso na data de sua apresentação, sob pena de inabilitação, ou datados dos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura da sessão, quando não tiverem prazo estabelecido pelo órgão expedidor competente.

9.2.1. Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade seja indeterminada.

9.3. A verificação dos documentos apresentados nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.4. Na recomposição final da proposta, não poderá ser majorado o valor do último lance ofertado, sob pena de desclassificação.

9.5. Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados por cópias, desde que legíveis e autenticadas por Oficial Público, e, os originais, com assinaturas do representante legal, que, havendo dúvida na representação, poderá ser realizada diligência para confirmação.

9.5.1. Os documentos que forem apresentados com assinatura digital/eletrônica deverão ter sua autenticidade confirmada através do <https://validar.iti.gov.br/>, sob pena de desclassificação.

9.6. Constatado vício na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ofertante do menor preço, o Pregoeiro declarará a licitante vencedora sob a condição de saneamento do defeito na



documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, parágrafo 5º da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.6.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento do procedimento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

9.9. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidade, **com exceção do previsto no item 9.6 deste Edital**, será inabilitada, sem prejuízo da aplicação, no que couber, das penalidades aqui previstas e demais cominações legais.

9.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, mediante análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro declarará a vencedora no Sistema Eletrônico.

9.10.1. Verificada a documentação pertinente, se a proposta vencedora não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital.

9.10.2. Ocorrendo a situação a que se refere o item 9.10.1 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante, para que seja obtido preço melhor.

9.10.3. Somente será considerada habilitada a licitante que houver preenchido todos os requisitos de habilitação.

9.11. Encerradas as etapas de julgamento das propostas e do ato de habilitação e inabilitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 minutos, em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.12. A falta de manifestação imediata das licitantes quanto à intenção de recorrer implicará a decadência do direito de recurso, cabendo ao Pregoeiro encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade competente e propor a homologação.

9.13. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente:

9.13.1. Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão;



9.13.2. Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da licitante, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

9.13.3. Convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

9.14. Para compor o processo eletrônico do certame, só serão transferidos do *site* <https://www.gov.br/compras/> para o Sistema Eletrônico SEI, utilizado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, os documentos elencados no item 9.1 deste Edital.

10. DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências, ou impugnar os termos do presente Edital, desde que encaminhada a manifestação com antecedência de 3 (três) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, através do endereço eletrônico subadm.cpl@mppr.mp.br.

10.2. Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como meros pedidos de esclarecimentos.

10.3. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no prazo fixado no item 10.1 deste Edital.

10.4. A autoridade competente decidirá sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis; limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11. DOS RECURSOS

11.1 Manifestada a intenção de recorrer, conforme item **9.11** deste Edital, inicia-se o prazo de **3 (três) dias úteis** para a apresentação dos memoriais relacionados à intenção manifestada, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo concedido.

11.1.1. Ficam as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do item **11.1** deste Edital.

11.1.2. Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

11.2. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do Sistema www.gov.br/compras.

11.2.1. A não apresentação dos memoriais configurará renúncia ao direito de recorrer.

11.2.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço eletrônico subadm.cpl@mppr.mp.br.

11.3. Não serão conhecidos os recursos subscritos por representante que não comprove poder de representação legal.

11.4. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos a decisão final em relação àqueles, quando o Pregoeiro mantiver sua decisão.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação da licitante vencedora, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Pregoeiro ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos para adjudicação e homologação.

13. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

13.1. A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias a partir da data estipulada para abertura do presente certame, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do final. Caso este prazo não esteja expressamente indicado, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

14. DA DESPESA E DO VALOR MÁXIMO

14.1. O pagamento desta contratação correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta da dotação orçamentária 0901.03.091.04.8010 – Gestão dos Serviços do Ministério Público do Paraná, no subelemento de despesa 3390.3916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

14.2. O valor máximo para este Pregão é de **R\$ 332.438,61** (trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

15. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

15.1. A execução dos serviços deverá atender às especificações contidas no Anexo I ao Edital.

15.2. O prazo de execução dos serviços será de 20 (vinte) dias corridos para cada local constante na tabela do item 1.4.1 do Anexo I a este Edital, a contar do recebimento da Ordem de Serviço assinada pelas partes.

15.2.1. Até o terceiro dia útil anterior ao final do prazo estabelecido, a Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo definido, desde que justifique e comprove suas alegações.

16. DA CONTRATAÇÃO, DO PAGAMENTO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Após a publicação da homologação do resultado do julgamento e da declaração da adjudicatária no endereço eletrônico (www.mppr.mp.br – licitações) e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Paraná, é dever da licitante, em até 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho, mediante liberação por parte do Departamento de Aquisições e Logística, situado na Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba, Paraná.

16.1.1. A assinatura deverá, preferencialmente, ser realizada de forma digital/eletrônica, devidamente autenticada com certificado válido ou, de forma presencial no caso de empresas com domicílio na Capital do Estado do Paraná, devendo o representante da empresa comparecer à Sede da Instituição (Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico, Curitiba/PR) para assinatura do contrato.

16.1.2. Caso a empresa não disponha de assinatura digital/eletrônica, e também não possua domicílio na Capital do Estado do Paraná o contrato será remetido via Correio, encomenda expressa (SEDEX), devendo a empresa apor a assinatura e devolver também da mesma forma.



16.2. Na hipótese de não comprovação das condições de habilitação consignadas no item 16.5 deste Edital ou a recusa da licitante em assinar o contrato e/ou retirar a nota de empenho, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato e retirar a nota de empenho, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante primeira classificada (artigo 90, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/2021), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

16.3. Ocorrendo a hipótese descrita no item 16.2 deste Edital, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida pela licitante vencedora e adjudicatária, sujeitando-se esta às penalidades legais estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 (artigos 155 a 163).

16.4. O pagamento pela prestação do serviço objeto deste Pregão será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após o aceite dos serviços. A Nota Fiscal deverá ser entregue ao Departamento de Infraestrutura, discriminando os serviços prestados, de acordo com o item 7 do Anexo I a este Edital.

16.5. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além de comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116 da Lei nº 14133/2021).

16.6. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.

16.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

16.8. O Ministério Público do Estado do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Pregão.

16.9. Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ do Ministério Público do Estado do Paraná é 78.206.307/0001-30 e o endereço é Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, em Curitiba, Estado do Paraná.

16.10. O Ministério Público do Estado do Paraná reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da aceitação, o serviço prestado não estiver de acordo com as especificações apresentadas.

16.11. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para as partes.

16.12. Caso o MPPR julgue conveniente e necessária a prorrogação contratual, os valores poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, pelo IGPM/FGV ou, na sua falta, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal (IGPM/FGV, IGP/FGV, IPC/FGV e IPCA/IBGE).



17. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A licitante e a Contratada que incorra em infrações administrativas sujeita-se às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;
- III - impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos, conforme o artigo 156, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos conforme o artigo 156, parágrafo 5º da Lei nº 14.133/2021.

17.2. As sanções previstas no item 17.1 deste Edital poderão ser aplicadas a quem:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.3. As sanções previstas nos itens I, III e IV do item 17.1 deste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme artigo 198, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

17.4. ADVERTÊNCIA é a sanção aplicada por descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave e/ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave conforme artigo 195, do Decreto Estadual nº 10.086/22.

17.5. Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato quando a Contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a obrigação assumida. A partir do trigésimo primeiro dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, limitando-se ao montante de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 17.6 deste Edital.



17.5.1. A Contratada estará sujeita à aplicação de multa de 2% (dois por cento) do valor do respectivo serviço por dia de atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, pelo descumprimento ao prazo constante no item 5.1.28 do Anexo I a este Edital.

17.6. Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 17.5 deste Edital, hipótese em que poderá ser cancelado o pedido ou documento correspondente.

17.7. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor do Contratante, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

17.7.1. As multas poderão ser descontadas de pagamento eventualmente devido pela Contratante decorrentes de outros contratos firmados com o Ministério Público do Estado do Paraná, conforme artigo 199, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

17.8. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme artigo 156, parágrafo 8º, da Lei nº 14.133/2021.

17.10. A aplicação das sanções previstas no item 17.1 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme artigo 156, parágrafo 9º, da Lei nº 14.133/2021.

17.11. Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da Contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à Contratada ou estornada do empenho respectivo.

17.12. A aplicação da multa a que se refere o item 17.6 deste Edital não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

17.13. O IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR será aplicado à licitante que:

17.13.1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.13.2. der causa à inexecução total do contrato;

17.13.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.13.4. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.13.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; e



17.13.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.14. A aplicação da sanção prevista no item 17.13 deste Edital deve observar o prazo de duração de no máximo 3 (três) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos no âmbito do Estado do Paraná, sem prejuízo do disposto no artigo 156, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021.

17.15. A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR será aplicada a quem:

17.15.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.15.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.15.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.15.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.15.5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.16. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e produzirá seus efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, conforme artigo 156, parágrafo 5º, da Lei nº 14.133/2021.

17.17. A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a declaração de inidoneidade, conforme artigo 156, parágrafo 6º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

17.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a sancionada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme artigos 215 a 223 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.19. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo para apuração da irregularidade e a aplicação de sanções, no qual será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

17.20. Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias artigo 156, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.20.1. Deverão ser consideradas como agravantes e atenuantes as circunstâncias previstas nos incisos dos artigos 211 a 213 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

17.20.2. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como



circunstância agravante, observando-se, ainda o previsto nos parágrafos do artigo 198 do Decreto Estadual 10.086/2022.

18. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

18.1. O Ministério Público do Estado do Paraná poderá:

18.1.1. anular este Pregão se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

18.1.2. revogar a seu juízo se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

18.1.3. transferir a data da sessão pública.

18.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

18.3. A declaração de nulidade do contrato administrativo retroage impedindo os seus efeitos jurídicos e desconstitui os já produzidos, conforme artigo 148, caput, da Lei nº 14.133/2021.

18.4. A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, por razões de interesse público, como apresentar a licitante vencedora preço superior ao de mercado, salvo se promover a adequação/redução do preço; ou ser anulada por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação, mediante parecer escrito e fundamentado, visando resguardar o interesse da Administração, sem que às licitantes assista o direito à indenização de qualquer espécie, cabendo recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto nos artigos. 165 a 168 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no que couber, conforme artigo 107, parágrafo 2º do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

19. DOS ANEXOS

19.1. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO I.A – Declaração de Vistoria;

ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato;

ANEXO V – Modelo para Apresentação de Proposta;

ANEXO VI – Estudo Técnico Preliminar; e

ANEXO VII – Mapa de Formação de Preços.



Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será afixado no Ministério Público do Estado do Paraná no lugar de costume e publicado nos termos da legislação.

Curitiba, 08 de abril de 2026.

David Amaral Camargo Neto
Pregoeiro



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR).

1.1. DESCRIÇÃO

Contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) discriminadas no Item 1.4 do presente documento. Os referidos serviços devem prever também a limpeza de estruturas de fixação, apoios e acabamentos presentes na fachada dos edifícios.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

1.2.1. A Contratada deve prestar serviço de remoção de manchas e impurezas das superfícies de vidros e fachadas dos edifícios relacionados no item 1.4 deste Termo de Referência;

1.2.2. Entende-se por fachada toda a área estabelecida, incluindo concreto aparente, pintura, pastilhas, texturas, brises e demais materiais de acordo com cada construção.

1.2.3. Entende-se por vidros toda a área envidraçada, ou de outro composto translúcido, incluindo janelas, marquises, esquadrias de fixação, estruturas de suporte, molduras e demais componentes da área definida, interna e/ou externa.

1.2.4. Onde houver necessidade de remoção de componentes para a correta limpeza dos vidros e das fachadas, a Contratada deve realizar a referida retirada, com o devido acompanhamento de um responsável do MPPR e, após a limpeza, recolocá-los devidamente no lugar;

1.2.5. A atividade deve ser realizada com a utilização de equipamentos, produtos e método adequado para cada superfície;

1.2.6. A execução deve empregar equipamentos e técnicas adequadas para garantir a segurança de todos os envolvidos, tanto de pessoas quanto de imóveis;

1.2.7. É necessário o uso de produtos, técnicas e equipamentos apropriadas a cada ambiente e situação, a fim de executar os serviços com segurança e qualidade;

1.2.8. A Contratada será responsabilizada por danos resultantes do uso de materiais e técnicas inadequadas;

1.2.9. A Contratada é responsável por toda e qualquer despesa que seja necessária para a execução dos serviços ou que seja proveniente destes, tais como equipamentos, materiais de limpeza, entre outros, durante toda a vigência do contrato;

1.2.10. O resultado dos serviços será analisado pelos servidores do MPPR. Serão reprovados os serviços que não atingirem a qualidade mínima esperada, de modo que a empresa deverá refazê-los até que o MPPR aprove o resultado.

1.3. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



	ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA	CATÁLOGO COMPRAS.GOV		TOTAL R\$
					CLASSE	CÓDIGO	
G R U P O 1	1	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Curitiba – Bloco II (6.243,20 m2)	853	24120	65.303,87
	2	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Curitiba – Bloco III (3.211,92 m2)	853	24120	33.596,68
	3	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Curitiba – Bloco VI (1.424,01 m2)	853	24120	14.895,14
VALOR TOTAL PARA O GRUPO 1:							113.795,69
	4	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Foz do Iguaçu (1.946,64 m2)	853	24120	29.958,79
	5	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Londrina (2.398,89 m2)	853	24120	36.559,08
	6	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Paranaguá (2.041,06 m2)	853	24120	30.064,81
	7	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Ponta Grossa (951,10 m2)	853	24120	14.295,03
	8	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Toledo (1.084,63 m2)	853	24120	17.061,23
	9	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Santo Antônio da Platina (519,81 m2)	853	24120	8.337,75
	10	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Cianorte (1.346,60 m2)	853	24120	21.451,34
	11	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Cascavel (2.401,06 m2)	853	24120	60.914,89
VALOR TOTAL PARA A LICITAÇÃO:							332.438,61

1.4. DO FORNECIMENTO

1.4.1. Os serviços de limpeza em altura deverão ser realizados nos locais abaixo discriminados:



	ITEM	LOCAL	ENDEREÇO	NÚMERO DE PAVIMENTOS	ÁREA DE VIDRO	ÁREA TOTAL DE FACHADA	OBSERVAÇÕES
					ACIMA DE 2M DE ALTURA	FACHADA + BRISE OU COBOGÓ + ACM	
GRUPO 1	1	Curitiba Bloco II	Rua Marechal Hermes, 820	8 + ático	3.117,12 m²	3.126,08 m²	Inclui vidro do hall interno
	2	Curitiba Bloco II	Rua Alberto Folloni, 411	6 + ático	1.059,93 m²	2.151,99 m²	Inclui vidro do hall interno
	3	Curitiba Bloco VI	Rua Marechal Hermes, 910	3	392,17 m²	1.031,84 m²	Edifício com previsão de reforma. Pode haver alteração nas áreas totais. Inclui limpeza da fachada da casa dos fundos.
	4	Foz do Iguaçu	Rua Epifânio Sosa, 111	3	309,61 m²	1.637,03 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 133,02 m² de brises e 196,01 m² de ACM.
	5	Londrina	Rua Capitão Pedro Rufino, 605	3	332,85 m²	2.066,04 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 106,91 m² de brise.
	6	Paranaguá	Alameda Coronel Elísio Pereira, 722	2	402,03 m²	1.639,03 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 425,33 m² de brise.
	7	Ponta Grossa	Rua Ermelino de Leão, 1358	2	122,72 m²	828,38 m²	Inclui vidro do hall interno
	8	Toledo	Rua Almirante Barroso, 3200	2	256,19 m²	828,44 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 102,27 m² de cobogó metálico.
	9	Santo Antônio da Platina	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 191	1	44,42 m²	475,39 m²	Inclui vidro do hall interno. A metragem inclui área de vidro desde o térreo. Área de fachada total inclui 147,92 m² de ACM
	10	Cianorte	Travessa Itororó, 270	2	185,03 m²	1.161,57 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 205,547 m² de brise.
	11	Cascavel	Avenida Assunção, 1829	3	382,67 m²	2.018,39 m²	Janelas do pavimento superior e acima de 2,00m do térreo (externo).



1.4.2. Os serviços de limpeza de esquadrias (perfis e vidros) deverão ser executados anualmente, enquanto nas fachadas e seus elementos (brises, revestimento em arenito, ACM, concreto aparente), a lavagem deverá ocorrer a cada três anos;

1.4.3. O prazo de execução dos serviços será de 20 (vinte) dias corridos para cada local constante na tabela do item 1.4.1, a contar do recebimento da Ordem de Serviço assinada pelas partes;

1.4.3.1. Até o terceiro dia útil anterior ao final do prazo estabelecido, a Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo definido, desde que justifique e comprove suas alegações.

1.5. AMOSTRAS/PROTÓTIPOS: Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

As fachadas e os vidros dos imóveis estão sujeitos ao acúmulo de poeira e sujeiras, o que demanda higienização dessas áreas, não apenas por fatores estéticos, mas também de conservação. Além disso, o contrato vigente de limpeza e conservação não abrange a limpeza em altura, visto tratar-se de serviço que exige mão de obra e equipamentos específicos, tais como andaimes e execução de rapel. Ademais, é necessária a contratação de empresa especializada nos referidos serviços, uma vez que o MPPR não dispõe de pessoal, material e equipamentos para execução de tais atividades especializadas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Visando garantir a limpeza das fachadas e das esquadrias dos imóveis próprios do MPPR, deverá ser contratada empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas Sedes do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) de Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, Toledo, Santo Antônio da Platina e Cianorte. Após cada execução, caso os serviços não forem satisfatórios, a empresa deverá refazê-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, até que atendam a qualidade mínima exigida.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. CONDIÇÕES GERAIS

Será contratada a empresa especializada na execução de serviços que oferecer o menor preço dentre as propostas apresentadas pelos fornecedores, que atendam todas as especificações técnicas mínimas solicitadas neste TR e que comprovem a regularidade das certidões fiscais e trabalhistas para habilitação.

4.2. SUSTENTABILIDADE: Não se aplica.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO: Não se aplica por se tratar de contratação de serviço usualmente executado de forma integral por uma mesma empresa, conforme artigo nº 167 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

4.4. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos



para a administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para as partes.

4.5. GARANTIA CONTRATUAL: Não se aplica, por não haver necessidade complementar à garantia legal.

4.6. GARANTIA DA EXECUÇÃO: Não se aplica.

4.7. REAJUSTE CONTRATUAL: No caso de prorrogação do contrato, os valores poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, pelo IGPM/FGV ou, na sua falta, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal (IGPM/FGV, IGP/FGV, IPC/FGV e IPCA/IBGE).

4.8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

4.8.1. É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

4.8.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

4.8.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

4.8.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

4.8.2. A alteração subjetiva a que se refere o item acima deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

4.9. CONSÓRCIO: O consórcio de empresas para fins de participação em licitação consiste na associação de empresas para um empreendimento de maior complexidade e o objeto do presente procedimento licitatório trata-se de objeto comum, não sendo apropriado à exigência de formação de consórcio para essa finalidade. A vedação quanto à participação de consórcio, no presente procedimento licitatório, não limita a competitividade, pois todas as empresas do ramo conseguem ofertar o objeto sem a necessidade de formar consórcio.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços de limpeza em altura deverão ser executados em data e horário combinados previamente com o responsável de cada unidade, de forma a atender as necessidades e especificidades locais.

Caso necessário, os serviços poderão ser executados fora do horário de expediente ou em fins de semana. Os acréscimos relativos a encargos e salários adicionais não poderão implicar nenhum ônus para o MPPR.

Os serviços poderão ser solicitados de forma individualizada. Ou seja, em cada local discriminado no item 1.4, os trabalhos poderão ser realizados em datas ou horários distintos.

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Estar devidamente licenciada junto às autoridades competentes;



- 5.1.2. Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 5.1.3. Cumprir as legislações federal, estadual e municipal pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, especialmente no que tange à segurança do trabalho, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações causadas;
- 5.1.4. Manter atualizados os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 5.1.5. Possuir um responsável técnico devidamente habilitado para a supervisão de atividades em altura;
- 5.1.6. Indicar preposto para representar a Contratada durante a execução do contrato, disponibilizando os meios de contato do referido profissional;
- 5.1.7. Assumir total responsabilidade pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados, bem como por qualquer ônus decorrente da execução dos serviços;
- 5.1.8. Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio do Contratante;
- 5.1.9. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando houver:
 - 5.1.10.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
 - 5.1.10.2. Atraso na expedição da ordem de serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
 - 5.1.10.3. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por lei;
- 5.1.11. Fornecer comprovante da execução dos serviços contendo, no mínimo:
 - 5.1.11.1. Nome do cliente;
 - 5.1.11.2. Endereço do imóvel;
 - 5.1.11.3. Data de execução dos serviços;
 - 5.1.11.4. Nome do Responsável Técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
 - 5.1.11.5. Identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço e telefone;
- 5.1.12. Cumprir rigorosamente a NR 35, principalmente no que tange aos seguintes itens:
 - 5.1.12.1. Implementar todas as medidas de proteção delimitadas na referida norma;
 - 5.1.12.2. Estabelecer o procedimento para o desempenho das atividades em altura;
 - 5.1.12.3. Realizar a Análise de Risco (AR) e, se for o caso, assegurar a emissão da Permissão de Trabalho (PT);
 - 5.1.12.4. Garantir a avaliação prévia das condições do ambiente de trabalho, com o planejamento e a adoção de medidas complementares de segurança, incluindo sinalização e isolamento da área de trabalho e demais providências;
 - 5.1.12.5. Informar aos colaboradores os riscos e as medidas de proteção;



- 5.1.12.6. Assegurar que toda atividade seja realizada apenas após a adoção das medidas de proteção;
- 5.1.12.7. Garantir a suspensão de todas as atividades em altura quando verificada a existência de algum risco não previsto e que não possa ser eliminado imediatamente;
- 5.1.12.8. Garantir a supervisão do desempenho das atividades em altura, a ser feita de acordo com a AR e com base nas particularidades de cada atividade;
- 5.1.12.9. Manter toda a documentação exigida pela referida norma;
- 5.1.13. Utilizar sistemas contra quedas, os quais devem ser adequados ao desempenho das atividades, bem como escolhidos por um profissional qualificado de segurança do trabalho, de acordo com a análise de risco realizada;
- 5.1.14. Fornecer equipamentos, ferramentas e produtos para a perfeita execução dos serviços, bem como se responsabilizar pelo seu transporte e segurança;
- 5.1.15. Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivos (EPC's), de acordo com as normas estabelecidas pela NR 35;
- 5.1.16. Garantir que todos os colaboradores utilizem equipamentos de proteção individuais (EPI's) e coletivos (EPC's), sempre de acordo com a NR 35;
- 5.1.17. Cumprir todas as normas técnicas e regulamentadores pertinentes, não se limitando somente à NR 35;
- 5.1.18. A Contratada deverá utilizar todos os materiais e equipamentos necessários e adequados a cada local de execução, sempre de acordo com a NR 35, de modo a garantir a perfeita execução dos serviços, bem como a segurança dos integrantes e dos visitantes do MPPR e dos colaboradores da empresa;
- 5.1.19. Garantir que todos os equipamentos utilizados tenham a Certificação de Aprovação – C.A. e os cabos devem ter o selo da ABNT. Além disso, os equipamentos devem estar dentro do prazo de validade estabelecido;
- 5.1.20. Segue relação básica de equipamentos que devem ser utilizados pela Contratada e seus colaboradores durante a execução dos serviços de limpeza em altura:
- 5.1.20.1. Cinto de proteção;
- 5.1.20.2. Talabarte;
- 5.1.20.3. Trava-quedas;
- 5.1.20.4. Corda;
- 5.1.20.5. Sistema de ancoragem;
- 5.1.20.6. Capacete;
- 5.1.20.7. Botas de proteção;
- 5.1.20.8. Luvas de segurança;
- 5.1.20.9. Em estruturas que tenham mais de 9m de altura, é recomendado o uso de andaime, balancim ou cadeira suspensa;
- 5.1.20.10. Demais itens necessários a cada local e situação;
- 5.1.21. Planejar, conduzir e executar os serviços com integral observância das disposições contidas neste Termo de Referência;
- 5.1.22. Substituir imediatamente qualquer empregado responsável pela execução dos serviços que gerar dificuldades ou problemas à boa execução do contrato ou por recomendação da fiscalização;
- 5.1.23. Responsabilizar-se por todo atendimento médico que venha a ocorrer com seus empregados, cabendo-lhe todas as providências e obrigações estabelecidas em legislações



específicas de acidente de trabalho, ainda que a ocorrência tenha se dado nas dependências do MPPR;

5.1.24. Comunicar imediatamente o MPPR qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;

5.1.25. Para atender a demanda do objeto contratado, a Contratada deverá disponibilizar profissionais especializados e quantos forem necessários para a perfeita execução dos serviços, sendo que esses profissionais devem pertencer ao quadro funcional da Contratada;

5.1.26. Os profissionais da Contratada deverão:

5.1.26.1. Se apresentar uniformizados e portando documento de identificação;

5.1.26.2. Utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) durante a execução dos serviços;

5.1.26.3. Ser qualificados e habilitados, sob a supervisão direta da Contratada, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e regulamentadoras vigentes determinadas pelos órgãos competentes;

5.1.26.4. Ser previamente submetidos e aprovados em treinamentos, os quais devem incluir teoria e prática, bem como ter carga horária mínima de 8 horas;

5.1.27. O conteúdo programático dos treinamentos mencionados no item anterior deve abordar, pelo menos, os seguintes temas:

5.1.27.1. Regulamentos e normas aplicáveis ao trabalho em altura;

5.1.27.2. Análise de risco;

5.1.27.3. Medidas de prevenção e controle de riscos;

5.1.27.4. Medidas e equipamentos de proteção coletiva;

5.1.27.4. Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);

5.1.27.6. Acidentes comuns em atividades realizadas em altura;

5.1.27.7. Procedimentos a serem seguidos em emergências;

5.1.28. Caso constatada baixa qualidade na execução dos serviços, a Contratada deverá refazê-los, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação feita pelo MPPR.

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.2.1. Nomear representantes para a fiscalização dos serviços e acompanhamento do contrato;

5.2.2. Emitir Ordem de Serviço específica para cada serviço;

5.2.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devem executar suas atividades;

5.2.4. Proporcionar as condições necessárias para a prestação dos serviços, indicar os locais designados para sua execução e fornecer as informações que venham a ser solicitadas;

5.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações técnicas e notificar a Contratada, por escrito, fixando prazo, de no máximo 05 (cinco) dias úteis, para sua correção;

5.2.6. Avisar, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, eventual alteração, inclusão ou retirada de endereço(s) de prestação dos serviços;

5.2.7. Efetuar o pagamento após a apresentação da fatura pela Contratada, em conformidade com as condições estipuladas no contrato.



6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: O gestor do contrato será o Diretor do Departamento de Infraestrutura (DIN), Fabiano Saldanha Sales da Silva, e o fiscal será o Chefe de Divisão, Bruno Shigueu Sasaki, lotado na Divisão de Ambiência Laboral e Segurança Orgânica (DIALSEG).

6.1.1. Nas Comarcas do interior do Estado haverá fiscais setoriais e fiscais suplentes, conforme tabela a seguir:

Local	Fiscal setorial	Fiscal setorial suplente
Cascavel	Loreni Maria Justen Reami	Flávio Bazanella
Cianorte	Luciana de Souza	Ediclei de Rezende Rosa
Foz do Iguaçu	Adriel De Vilas Boas Couto	Carlos Eduardo Monteiro de Castro
Londrina	Marcia Maria dos Santos Scatamburgo	Rafael Titericz
Paranaguá	Kelly Marques da Silva	Eduardo Vinicius Gabilan
Ponta Grossa	Cesar Henrique Linder	Rafael Henrique Wisbiski
Toledo	Daniela Borges de Moraes	Fabricia Mariot Sperafico
Santo Antônio da Platina	Diogo Donha de Proença	Elina Tateishi Giacomini R. de Almeida

a) Após a execução dos serviços, o gestor e os fiscais do contrato realizarão a verificação de conformidade dos serviços prestados com as especificações contidas neste Termo de Referência (TR);

b) Caso seja constatado que os serviços efetuados não estejam satisfatórios ou apresentem inconformidades com as especificações constantes no TR, o MPPR notificará a Contratada sobre não recebimento, solicitando nova execução dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis. Conforme o caso, serão aplicadas as sanções descritas no Item 12.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO: O pagamento pelos serviços realizados será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, em parcela única, após a análise de conformidade dos serviços prestados. A Nota Fiscal deverá ser entregue à DIALSEG após a conclusão dos serviços, discriminando os serviços executados e o(s) respectivo(s) local(is), acompanhada das certidões de que trata o item 7.2;

7.2. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, e a certidão negativa de débitos trabalhistas;

7.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira;



7.5. O Ministério Público do Estado do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos desta contratação;

7.6. Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ do Ministério Público do Estado do Paraná é 78.206.307/0001-30 e o endereço é Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba, Paraná;

7.7. O Ministério Público do Estado do Paraná reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da aceitação, os serviços ofertados não estiverem de acordo com as especificações apresentadas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Será contratada a empresa que oferecer o menor preço dentre as propostas apresentadas, que atendam todas as especificações técnicas mínimas solicitadas no TR e que comprovem a regularidade das certidões fiscais e trabalhistas para habilitação;

8.2. A empresa deve comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica e quantidades com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

8.2.1. O atestado deve ser apresentado por Grupo, para a Comarca de Curitiba e por Item para as demais Comarcas, de forma a comprovar a efetiva realização de serviço de limpeza em altura em dimensões equivalentes a 50% das áreas de cada Grupo (Curitiba) e de cada Item (demais Comarcas), previstas no item 1.3 deste Termo de Referência.

8.3. A empresa deve apresentar Declaração de Vistoria / Conhecimento das Condições Físicas do Local, firmada pela licitante, comprovando que esta, por intermédio de seu responsável técnico, vistoriou previamente o local onde será realizado o serviço, conforme estabelecido no edital, ou que declara ter pleno conhecimento das condições físicas do local, dispensando a necessidade de vistoria.

8.3.1. A licitante deverá ter visitado ou deverá declarar ter pleno conhecimento das condições físicas do(s) local(is) do certame;

8.3.2. A Declaração deve ser apresentada conforme modelo anexo;

8.3.3. A vistoria técnica terá por finalidade:

8.3.3.1. Tomar conhecimento das condições locais onde será realizado o serviço, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos afetos a visita que se julgarem necessários;

8.3.3.2. Alegações relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam a execução do serviço. Todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços a partir da assinatura do contrato serão de responsabilidade da contratada.

8.3.4. A vistoria, se realizada pela empresa, deverá ser feita até o dia útil anterior ao da abertura do certame, sendo indispensável o acompanhamento de representante do MPPR e deverá ser agendada com os servidores abaixo discriminados, das 12h às 19h:



Local	Fiscal setorial	Telefone
Cascavel	Loreni Maria Justen Reami	(45) 3304-4648
Cianorte	Luciana de Souza	(44) 3629-2128
Curitiba	Bruno Shigueu Sasaki	(41) 3250-4707
Foz do Iguaçu	Adriel De Vilas Boas Couto	(45) 2105-7603
Londrina	Marcia Maria dos Santos Scatamburgo	(43) 3372-3977
Paranaguá	Kelly Marques da Silva	(41) 3422-8620
Ponta Grossa	Cesar Henrique Linder	(42) 3302-3308
Toledo	Daniela Borges de Moraes	(45) 3378-5355
Santo Antônio da Platina	Diogo Donha de Proença	(43) 3534-2754

8.3.5. A declaração deverá ser assinada pelo MPPR em caso de vistoria “in loco” e pelo responsável técnico ou representante legal da empresa. Nesse caso, a empresa deverá levá-la impressa ao local e devidamente preenchida, coletar a assinatura do representante do MPPR, assinar, digitalizá-la e encaminhá-la com os demais documentos da licitação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com serviços de limpeza em altura, objeto deste TR, estão contempladas no Plano de Contratações Anual – 2026, de forma genérica no elemento de despesa 3390.3916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, número de ordem 168.

10. PARCELAMENTO DO OBJETO

Haverá parcelamento do objeto em Grupo e Item, conforme discriminado no item 1.4, visto que os serviços serão realizados em diferentes municípios, distantes uns dos outros. Além disso, os imóveis de cada município possuem características distintas, o que exige diferentes tipos de equipamentos para cada serviço.

11. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Os Itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 deverão ser exclusivos para participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), qualificadas como tais nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, regularmente estabelecidas no País e que atendam a todas as exigências deste Termo de Referência.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal;

12.2. O não atendimento do prazo mencionado no item 5.1.28, sem a devida justificativa, acarretará multa moratória no valor de 2% do valor do respectivo serviço por dia de atraso, limitada a 30% do valor total do contrato.



13. DEMAIS ELEMENTOS: Não se aplica.

14. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Nayla Christine Marcatti Pallu
Vice-Diretora do DIN



Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

DECLARAÇÃO DE VISTORIA/CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DO LOCAL

MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/26

AO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

OBJETO:

() Declaramos, como representante legal pela empresa _____ que visitamos o local dos serviços referente ao Pregão Eletrônico supracitado, ficando cientes de todos os detalhes do objeto de nossa proposta.

Declaramos que, se vencedores desta, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos.

() Declaramos, como representante legal pela empresa _____ que temos completo conhecimento das condições físicas do local, de todos os detalhes do objeto de nossa proposta e de todo serviço a ser prestado através do Pregão Eletrônico e seus Anexos, dispensando a necessidade de vistoria "in loco" prevista no Edital.

Declaramos que foi dado acesso às dependências do local da execução do serviço, o qual dispensamos por termos conhecimento suficiente de todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos para completa execução dos serviços.

[Município], ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:



MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação da licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA para os devidos fins, sob as penas da Lei que:

1. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA AO EDITAL

Cumpra plenamente com todos os requisitos de habilitação e concorda em sua plenitude com o Edital e seus Anexos.

2. ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90009/26-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90009/26-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90009/26-MP/PGJ** quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90009/26-MP/PGJ** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério Público do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas; e,
- f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

3. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos¹.

() Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz².

4. INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

¹ As atividades proibidas aos menores de 18 anos estão listadas no Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, ressalvando as normas contidas nos artigos 428 e seguintes da CLT acerca do contrato de aprendizagem.

² Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



5. REGULARIDADE

Nos termos da Resolução nº 037, de 28 de abril de 2009, alterada pela Resolução nº 172, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que:

() os sócios desta empresa, não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

OU

() os sócios desta empresa, são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

Para fins do disposto no inciso IV do artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. RESERVA DE CARGOS

Para fins do disposto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA AO CÓDIGO DE ÉTICA DO MPPR

(https://apps.mppr.mp.br/external/licitacao/CodigodeEtica_MPPR)

Li e estou ciente e de acordo com as normas, condutas e práticas estabelecidas no Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e comprometo-me a respeitá-las e cumpri-las integralmente.

Assumo a responsabilidade de reportar ao fiscal/gestor do Contrato qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com o estabelecido pelo referido Código.

A assinatura do presente termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, condutas e práticas estabelecidas pelo Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

8. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO COM A LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS

Declaramos que, todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos por nossa empresa que necessitarem de destinação ambientalmente adequada (incluindo



embalagens vazias), terão o descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

9. ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome Completo e Assinatura do Representante Legal



MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(timbre ou identificação da licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 90009/26, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2021.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o artigo 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome Completo e Assinatura do Representante Legal



MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ITEM/GRUPO XX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, DORAVANTE DENOMINADO CONTRATANTE, INSCRITO NO CNPJ/MF Nº 78.206.307/0001-30, COM SEDE NO EDIFÍCIO AFFONSO ALVES DE CAMARGO, NA RUA MARECHAL HERMES, Nº 751, CENTRO CÍVICO, NESTA CAPITAL, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DOUTOR MAXIMILIANO RIBEIRO DELIBERADOR, E A EMPRESA XXXXX, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº XXXXXXXX, ESTABELECIDNA NA XXXXX, Nº XXXXX, XXXXX, NESTE ATO REPRESENTADA POR XXXXXXXX, INSCRITO NO CPF Nº XXXXXXXX, PORTADOR DO RG Nº XXXXXXXX, TENDO EM VISTA O RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/26, RESPALDADO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, E NO DECRETO ESTADUAL Nº 10.086/2022, MEDIANTE AS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

A prestação dos serviços licitada obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico Nº 90009/26 que, independentemente de transcrição, fazem parte e complementam este contrato:

Edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/26 com todos os seus Anexos.

Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura na(s) unidade(s) do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), item/grupo xx, de acordo com as especificações contidas no Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico Nº 90009/26 e seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

3.1 A execução dos serviços deverá atender às especificações contidas no Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/26.

3.2. O prazo de execução dos serviços será de 20 (vinte) dias corridos para cada local constante na tabela do item 1.4.1 do Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/26, a contar do recebimento da Ordem de Serviço assinada pelas partes.

3.2.1. Até o terceiro dia útil anterior ao final do prazo estabelecido, a Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo definido, desde que justifique e comprove suas alegações.



CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE de acordo com o disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/26, tendo a CONTRATADA obrigação de apresentar, por ocasião do pagamento, as certidões de regularidade para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, FGTS, Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Primeiro: O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pelo CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: O CONTRATANTE deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente ajuste tem valor de R\$ XXXXXX (xxxxxxx), a conta da dotação orçamentária 0901.03.091.04.8010 – Gestão dos Serviços do Ministério Público do Paraná, no subelemento de despesa 3390.3916 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – **advertência;**

II – **multa de mora** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a obrigação assumida. A partir do trigésimo primeiro dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, limitando-se ao montante de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item III;

II.a - A Contratada estará sujeita à aplicação de multa de 2% (dois por cento) do valor do respectivo serviço por dia de atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, pelo descumprimento ao prazo constante no item 5.1.28 do Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/26.

III - **multa compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item II, hipótese em que poderá ser cancelado o pedido ou documento correspondente;

IV – **impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de no máximo 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, parágrafo 4º, da Lei 14.133/2021;

V - **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e no máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, parágrafo 5º da Lei 14.133/2021.



Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas serão aplicadas mediante processo administrativo autônomo, pela autoridade competente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Parágrafo Terceiro: As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

Parágrafo Quarto: Além das multas estabelecidas, o CONTRATANTE poderá recusar o objeto contratado, se não estiver de acordo com o exigido nos documentos que compõem este contrato.

Parágrafo Quinto: Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se o sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7.2 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida norma, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

7.3 Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

7.4 A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Paraná, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo Único: a comunicação deverá ser enviada para o e-mail: encarregado.lgpd@mppr.mp.br, devendo trazer em seu bojo, no mínimo, as seguintes informações: I - quais dados pessoais foram violados; II - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número aproximado de titulares de dados pessoais envolvidos; III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados; IV - os riscos relacionados ao incidente e descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo

7.5 A CONTRATADA deverá cooperar com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS DE EXTINÇÃO

O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste ajuste assegurará ao CONTRATANTE, nos termos dos artigos 180 a 183 do Decreto Estadual nº 10.086/2021, em sua atual redação, o direito de dá-lo por extinto.

Parágrafo Único: Fica a critério do CONTRATANTE declarar extinto o contrato e/ou aplicar a multa de que trata o inciso III da cláusula sexta.



CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, no que couber, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O CONTRATANTE acompanhará o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por intermédio do gestor desse contrato Senhor Fabiano Saldanha Sales da Silva, Diretor do Departamento de Infraestrutura (DIN), e fiscal, Senhor Bruno Shigueu Sasaki, Chefe da Divisão de Ambiência Laboral e Segurança Orgânica (DIALSEG).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pelo CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica declarado o foro da comarca de Curitiba/PR para dirimir qualquer questão atinente ao presente contrato.

E, por estarem assim acordadas, as partes firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor.

Curitiba, de de 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Maximiliano Ribeiro Deliberador
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA



MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

**AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/26**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação completa: nome, RG, CPF, endereço, telefones, nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº 90009/26, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a prestar os serviços, objeto desta licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições e preços a seguir.

Nº do item/grupo	Descrição completa do serviço	Quant.	Valor total (R\$)
VALOR TOTAL PARA O ITEM/GRUPO:			

1. Esta proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

2. Identificação da Licitante:

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONES:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA Nº:

CONTA Nº:

De acordo com legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes dessa proposta.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Representante Legal

Observação:

1) É dever do representante legal zelar pela atualização dos dados acima.

2) Esta proposta deverá estar redigida em papel timbrado da licitante, preferencialmente.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Unidade requerente:

Divisão de Ambiência Laboral e Segurança Orgânica do Departamento de Infraestrutura – DIALSEG/DIN.

2. Equipe responsável, telefone e e-mail:

Bruno Shigueu Sasaki / Tel.: (41) 3250-4707 / e-mail: bssasaki@mppr.mp.br

Fabiano Saldanha Sales da Silva / Tel.: (41) 3250-4100 / e-mail: fsaldanha@mppr.mp.br

3. Objeto:

Contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR).

4. N° SEI: 19.19.9183.0000158/2025-56

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

5. Objeto comum: (x) sim () não

O objeto dessa contratação é classificado como comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. Serviço ou aquisição: (x) serviço () aquisição

A presente contratação contempla a prestação de serviços de limpeza em altura.

REQUISITOS DO PROCESSO

7. Descrição da necessidade da contratação:

As fachadas e os vidros dos imóveis estão sujeitos ao acúmulo de poeira e sujeiras, o que demanda higienização dessas áreas, não apenas por fatores estéticos, mas também de conservação. Além disso, o contrato vigente de limpeza e conservação não abrange a limpeza em altura, visto tratar-se de serviço que exige mão de obra e equipamentos específicos, tais como andaimes e execução de rapel. Ademais, é necessária a contratação de empresa especializada nos referidos serviços, uma vez que o MPPR não dispõe de pessoal, material e equipamentos para execução de tais atividades especializadas.

8. Demonstração da previsão do PCA:

A presente demanda consta na Proposta Orçamentária para o exercício de 2025 com o valor previsto de R\$ 300.000,00.

9. Descrição dos requisitos da contratação:

Será contratada a empresa especializada na execução de serviços que oferecer o menor preço dentre as propostas apresentadas pelos fornecedores, que atendam todas as especificações técnicas mínimas solicitadas neste TR e que comprovem a regularidade das certidões fiscais e trabalhistas para habilitação.

9.1. SUSTENTABILIDADE: Não se aplica.

9.2. SUBCONTRATAÇÃO: Não se aplica por se tratar de contratação de serviço usualmente executado de forma integral por uma mesma empresa, conforme artigo nº 167 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

9.3. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a



autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para as partes.

9.4. GARANTIA CONTRATUAL: Não se aplica, por não haver necessidade complementar à garantia legal.

9.5. GARANTIA DA EXECUÇÃO: Caso constatada baixa qualidade na execução dos serviços, a Contratada deverá refazê-los, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar após notificação feita pelo MPPR.

9.6. REAJUSTE CONTRATUAL: No caso de prorrogação do contrato, os valores poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, pelo IGPM/FGV ou, na sua falta, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal (IGPM/FGV, IGP/FGV, IPC/FGV e IPCA/IBGE).

9.7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

9.7.1. É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

9.7.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

9.7.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

9.7.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

9.7.2. A alteração subjetiva a que se refere o item acima deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

9.8. CONSÓRCIO: O consórcio de empresas para fins de participação em licitação consiste na associação de empresas para um empreendimento de maior complexidade e o objeto do presente procedimento licitatório trata-se de objeto comum, não sendo apropriado à exigência de formação de consórcio para essa finalidade. A vedação quanto à participação de consórcio, no presente procedimento licitatório, não limita a competitividade, pois todas as empresas do ramo conseguem ofertar o objeto sem a necessidade de formar consórcio.

10. Estimativa das quantidades a serem contratadas:

Lote	Local	Endereço	Número de pavimentos	Área de vidro (acima de 2m de altura)	Área fachada total (fachada + brise ou cobogó + ACM)	Observações
1	1.1 Curitiba - Bloco II	Rua Marechal Hermes, 820	8 +ático	3.117,12 m²	3.126,08 m²	Inclui vidro do hall interno.
	1.2 Curitiba - Bloco III	Rua Alberto Folloni, 411	6 +ático	1.059,93 m²	2.151,99 m²	Inclui vidro do hall interno.
	1.3 Curitiba - Bloco VI	Rua Marechal Hermes, 910	3	392,17 m²	1.031,84 m²	Edifício com previsão de reforma. Pode haver alteração nas áreas totais. Inclui limpeza da fachada da casa dos fundos.
2	Foz do Iguaçu	Rua Epifânio Sosa, 111	3	309,61 m²	1.637,03 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 133,02 m² de brises e 196,01 m² de ACM.



3	Londrina	Rua Capitão Pedro Rufino, 605	3	332,85 m²	2.066,04 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 106,91 m² de brise.
4	Paranaguá	Alameda Cel. Elísio Pereira, 722	2	402,03 m²	1.639,03 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 425,33 m² de brise.
5	Ponta Grossa	Rua Ermelino de Leão, 1358	2	122,72 m²	828,38 m²	Inclui vidro do hall interno.
6	Toledo	Rua Almirante Barroso, 3200	2	256,19 m²	828,44 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 102,27 m² de cobogó metálico.
7	Santo Antônio da Platina	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 191	1	44,42 m²	475,39 m²	Inclui vidro do hall interno. A metragem inclui área de vidro desde o térreo. Área de fachada total inclui 147,92 m² de ACM
8	Cianorte	Tv. Itororó, 270	2	185,03 m²	1.161,57 m²	Inclui vidro do hall interno. Área de fachada total inclui 205,547 m² de brise.

11. Levantamento de mercado:

Considerando que não há contrato vigente de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura, verificamos que a realização de certame licitatório, nos moldes pretendidos, é a melhor solução, em comparação com o custo total para a contratação dos serviços de limpeza em altura de forma individualizada.

12. Estimativa do valor da contratação:

Estima-se que o valor total da presente contratação seja de aproximadamente R\$ 289.000,00, considerando o valor do último contrato vigente com o mesmo objeto, incluindo locais que não constavam naquele certame e aplicando a devida correção monetária.

13. Descrição da solução como um todo:

Visando garantir a limpeza das fachadas e dos vidros externos dos imóveis próprios do MPPR, deverá ser contratada empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas Sedes do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa e Toledo. Os referidos serviços deverão ser prestados uma vez por ano. Após cada execução, caso os serviços não forem satisfatórios, a empresa deverá refazê-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, até que atendam a qualidade mínima exigida.

14. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

Haverá parcelamento do objeto em lotes, conforme discriminado no item 10, visto que os serviços serão realizados em diferentes municípios, distantes uns dos outros. Além disso, os imóveis de cada município possuem características distintas, o que exige diferentes tipos de equipamentos para cada serviço.

15. Resultados pretendidos com a contratação:

Com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza em altura, pretende-se manter a limpeza e a conservação das fachadas dos imóveis Sede do MPPR.



16. Providências a serem adotadas pela Administração:

16.1. Disponibilizar condições de trabalho para a Contratada;

16.2. Manter um servidor responsável por acompanhar e orientar a Contratada no que for necessário.

17. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, § 5º do Decreto Estadual nº 10.086/2022):

Para a presente solução, não há necessidade de outras contratações que guardem correlação e/ou dependência da aquisição pretendida.

18. Análise/Matriz de Riscos (art. 15, §§ 2º e 3º do Decreto Estadual nº 10.086/2022):

Evento de Risco	Probabilidade	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Ausência de interessados no processo licitatório	Média	Alto	Procedimento licitatório resultar deserto	Elaborar pesquisa de mercado para ajustar valor de referência	DICOMP/DAL	Elaborar novo procedimento licitatório	Comissão de Licitação
Tentativa dos participantes em desclassificar os concorrentes	Média	Médio	Risco de desclassificação de participantes	Não há	-	Análise criteriosa dos recursos e questionamentos	Gestor e Fiscal do contrato
Falta ou apresentação incompleta de documentação exigida na habilitação	Baixa	Médio	Risco de desclassificação de participantes	Máximo detalhamento do TR	Gestor e Fiscal do contrato	Desclassificação da empresa	Comissão de Licitação
Incapacidade da empresa vencedora em cumprir o contrato	Baixa	Alto	Risco de rescisão do contrato e necessidade de realizar um novo pregão	Estabelecer como condição a apresentação de atestado de capacidade técnica de execução de serviço de porte similar	Gestor e Fiscal do contrato	Atuação do gestor e fiscal sobre os serviços executados pela empresa, de forma a minimizar o risco	Gestor e Fiscal do contrato
Falhas ou atrasos na prestação dos serviços	Baixa	Alto	Risco de rescisão do contrato e necessidade de realizar um novo pregão	Prever sanções à contratada	Gestor e Fiscal do contrato	Avaliação criteriosa dos serviços prestados. Notificação quanto às irregularidades. Caso as falhas permaneçam, aplicar as penalizações previstas em edital	Gestor e Fiscal do contrato SUBADM
Descumprimento de condições e obrigações previstas no edital e anexos	Baixa	Alto	Risco de rescisão do contrato e necessidade de realizar um novo pregão	Prever sanções à contratada	Gestor e Fiscal do contrato	Notificação quanto às irregularidades. Aplicação de penalizações previstas em edital	Gestor e Fiscal do contrato SUBADM
Variação de preço dos serviços durante a execução do contrato	Média	Médio	Recusa na execução do serviço	Não há	-	Avaliação jurídica sobre aplicação de sanções contratuais ou reajuste contratual	NAJ



19. Declaração de viabilidade técnica e econômica: (x) sim () não

Com base nas informações presentes neste Estudo Técnico Preliminar, tal contratação é considerada viável econômica e tecnicamente, uma vez que se busca a contratação através da melhor proposta, cuja prestação classifica-se como serviço comum e cujas especificações são usuais de mercado.

Curitiba, 13 de janeiro de 2025.

Bruno Shigueu Sasaki

Chefe de Divisão

Fabiano Saldanha Sales da Silva

Diretor



MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Trata o presente de contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza de vidros e fachadas em altura nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), conforme Termo de Referência ([1196134](#)) e Estudo Técnico Preliminar ([0928983](#)).

1.1. CÓD. CATSER - DESCRIÇÃO:

GRUPO	ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA	CATÁLOGO COMPRAS.GOV	
					CLASSE	CÓDIGO
1	1	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Curitiba – Bloco II (6.243,20 m2)	853	24120
	2	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Curitiba – Bloco III (3.211,92 m2)	853	24120
	3	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Curitiba – Bloco VI (1.424,01 m2)	853	24120
	4	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Foz do Iguaçu (1.946,64 m2)	853	24120
	5	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Londrina (2.398,89 m2)	853	24120
	6	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Paranaguá (2.041,06 m2)	853	24120
	7	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Ponta Grossa (951,10 m2)	853	24120
	8	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Toledo (1.084,63 m2)	853	24120
	9	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Santo Antônio da Platina (519,81 m2)	853	24120
	10	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Cianorte (1.346,60 m2)	853	24120
	11	1	unidade	Limpeza de fachadas e vidros em altura em Cascavel (2.401,06 m2)	853	24120

2. BASE LEGAL DA PESQUISA

Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.

3. NOTAS SOBRE A PESQUISA

A pesquisa foi realizada conforme art. 368 do Decreto Estadual 10.086/2022 e art. 23 da Lei 14.133/2021.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

As fontes consultadas foram aquelas mencionadas no artigo 368 do Decreto Estadual 10.086/2022, conforme relação abaixo:

I. PNCP (art. 368, I do Decreto Estadual 10.086/22): Vide documento [1167345](#) para o Grupo 1. Não foram encontrados resultados para os demais itens, inclusive para o Item 11 [1221677](#), consultado posteriormente;

II. Contratações similares (art. 368, II do Decreto Estadual 10.086/22): Vide documento [1167348](#) e [1221689](#). A pesquisa foi realizada para os itens que não foram encontrados



na pesquisa da fonte anterior (271/2025 e 288/2025-ComprasGOV), porém os resultados obtidos não foram utilizados, pela impossibilidade de confirmar as especificações do objeto e/ou pela discrepância do valor do m²;

III. Mídia especializada (art. 368, III do Decreto Estadual 10.086/22): não utilizado visto não haver ferramenta e/ou publicação que atenda tais requisitos para o objeto em questão;

IV. Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22): Vide documentos [1167353](#), [1167361](#), [1167377](#), [1169147](#), [1170080](#), [1221781](#) e [1221797](#);

V. Nota Paraná (art. 368, V do Decreto Estadual 10.086/22): não utilizado por se tratar de serviço;

VI. Tabelas oficiais (art. 368, VI do Decreto Estadual 10.086/22): não utilizado visto não haver ferramenta e/ou publicação que atenda tais requisitos para o objeto em questão.

5. CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÃO

I. Cotações realizadas pela DICOMP/DAL. Foi solicitada atualização dos orçamentos às empresas relacionadas na pesquisa de mercado em anexo ([0995247](#)), porém apenas a SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS retornou [1167357](#). Assim, foi realizado novo levantamento para obtenção de orçamentos adicionais, com o envio de solicitações de orçamento a diversas empresas do ramo ([1170110](#)), que já prestaram serviço a esta instituição, aquelas que participam de certames eletrônicos no PNCP e, ainda, consultadas em ferramenta de pesquisa online. Somente as relacionadas na pesquisa de mercado abaixo retornaram orçamentos, justificando-se assim, a escolha dos fornecedores desta cotação. Para o item 11, foi solicitada a apresentação de orçamento complementar ([1221696](#)) e apenas duas empresas retornaram;

II. O valor adotado corresponde à Média Apurada dos 3 (três) menores valores obtidos. A adoção da média apurada justifica-se por representar melhor a tendência dos preços de mercado, por ser uma medida estatística de tendência central, tendo em vista que os valores obtidos formarão o valor máximo de contratação na modalidade a ser escolhida;

III. Em atendimento ao item 2 da Informação nº 41/2025-CPL/SUBADM ([0994577](#)), foram realizadas as devidas adequações;

IV. O quantitativo cotado pela empresa ESL Limpeza não corresponde ao total solicitado, porém a empresa informou que o preço unitário é o mesmo para as demais áreas, conforme e-mail [1170082](#);

V. Os valores totais dos itens foram arredondados para adequação ao valor máximo estimado;

VI. Os orçamentos obtidos pela Coordenadoria Administrativa de Cascavel não foram utilizados, tendo em vista a divergência nas especificações do serviço, conforme retorno da empresa Alta Pressão [1221696](#) (pág. 5 -7). As demais não retornaram;

VII. Solicitação de inclusão no PCA MPPR 2025 conforme processo [19.19.9180.0028636/2025-17](#). Previsto no PCA S-2026 sob o número de ordem 168.

Diante do exposto, nada mais a observar, encaminho a PESQUISA DE MERCADO Nº 11/2026:

SERVIÇO EM ALTURA / LIMPEZA DE VIDROS E FACHADAS			
ITEM 1. SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: CURITIBA - Bloco II - m² LOCAL: Rua Marechal Hermes, 820 (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			6.243,20
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP (art. 368, I do Decreto Estadual 10.086/22)	PESQUISA DE PREÇOS Nº 271/2025 - COMPRASGOV	10,89	67.988,45
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	11,00	68.673,00



Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	67.738,72
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	10,57	65.990,62
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	9,96	62.182,27
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	99.891,20
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			10,46
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			9,96
VALOR ADOTADO			10,46
TOTAL PARA O ITEM 1			65.303,87

ITEM 2. SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: CURITIBA - Bloco III - m²			QUANTIDADE
LOCAL: Rua Alberto Folloni, 411			3.211,92
(CATSER: 24120)			
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP (art. 368, I do Decreto Estadual 10.086/22)	PESQUISA DE PREÇOS Nº 271/2025 - COMPRASGOV	10,89	34.977,81
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	11,00	35.321,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	34.849,33
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	10,57	33.949,99
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	9,96	31.990,72
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	51.390,72
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			10,46
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			9,96
VALOR ADOTADO			10,46
TOTAL PARA O ITEM 2			33.596,68

	QUANTIDADE
--	-------------------



ITEM 3. SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: CURITIBA - Bloco VI - m² LOCAL: Rua Marechal Hermes, 910 (CATSER: 24120)			1.424,01
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP (art. 368, I do Decreto Estadual 10.086/22)	PESQUISA DE PREÇOS Nº 271/2025 - COMPRASGOV	10,89	15.507,47
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	11,00	15.664,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	15.450,50
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	10,57	15.051,79
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	9,96	14.183,14
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	22.784,16
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			10,46
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			9,96
VALOR ADOTADO			10,46
TOTAL PARA O ITEM 3			14.895,14

TOTAL PARA O GRUPO 1	113.795,69
-----------------------------	-------------------

ITEM 4 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: FOZ DO IGUAÇU - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			1.946,64
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	21,99	42.812,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	21.121,04
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	19,58	38.115,21
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	19,33	37.628,55
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	31.146,24



MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS	15,39
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA	10,85
VALOR ADOTADO	15,39
TOTAL PARA O ITEM 4	29.958,79

ITEM 5 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: LONDRINA - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			2.398,89
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	21,99	52.756,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	26.027,96
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	19,58	46.970,27
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	18,88	45.291,04
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	38.382,24
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			15,24
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			10,85
VALOR ADOTADO			15,24
TOTAL PARA O ITEM 5			36.559,08

ITEM 6 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: PARANAGUÁ - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			2.041,06
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	22,00	44.902,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	22.145,50
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	17,33	35.371,57
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	17,92	36.575,80
Orçamento direto de fornecedor	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	32.656,96



(art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)		
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS		14,73
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA		10,85
VALOR ADOTADO		14,73
TOTAL PARA O ITEM 6		30.064,81

ITEM 7 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: PONTA GROSSA - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			951,10
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	22,00	20.922,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	10.319,44
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	18,23	17.338,55
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	18,50	17.595,35
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	15.217,60
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			15,03
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			10,85
VALOR ADOTADO			15,03
TOTAL PARA O ITEM 7			14.295,03

ITEM 8 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: TOLEDO - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			1.084,63
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	24,99	27.100,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	11.768,24
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	20,93	22.701,31
Orçamento direto de fornecedor	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	20,35	22.072,22



(art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)			
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	17.354,08
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			15,73
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			10,85
VALOR ADOTADO			15,73
TOTAL PARA O ITEM 8			17.061,23

ITEM 9 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			519,81
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	29,95	15.570,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	5.639,94
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	23,16	12.038,80
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	21,28	11.061,56
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	8.316,96
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			16,04
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			10,85
VALOR ADOTADO			16,04
TOTAL PARA O ITEM 9			8.337,75

ITEM 10 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: CIANORTE - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			1.346,60
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	24,99	33.650,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REVENMIX PINTURAS - CNPJ: 52.790.866/0001-47	10,85	14.610,61
Orçamento direto de fornecedor	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	20,93	28.184,34



(art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)			
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	HIGH MANUTENÇÃO - CNPJ: 02.542.084/0001-10	22,80	30.702,48
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ESL LIMPEZA - CNPJ - 48.104.253/0001-31	16,00	21.545,60
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			15,93
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			10,85
VALOR ADOTADO			15,93
TOTAL PARA O ITEM 10			21.451,34

ITEM 11 - SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIDROS E FACHADA: CASCAVEL - m² (CATSER: 24120)			QUANTIDADE
			2.401,06
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	SETTI SERVIÇOS ESPECIAIS - CNPJ: 14.108.694/0001-90	27,49	66.002,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	ANTARES ALPINISMO - CNPJ: 41.392.089/0001-66	23,25	55.824,65
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			25,37
MENOR VALOR DA PESQUISA DIRETA			23,25
VALOR ADOTADO			25,37
TOTAL PARA O ITEM 11			60.914,89

TOTAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO	332.438,61
---------------------------------	-------------------

Curitiba, 17 de março de 2026.

Angela Nishikawa
Auxiliar Administrativa